



CONVERSAS TRAÇADAS
SEMINÁRIO

Visões e Resultados do Roteiro Cidadania em Portugal

Auditório Agostinho da Silva – Universidade Lusófona

14 dezembro 2017



www.cidadaniaemp Portugal.pt

animar



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

SECRETÁRIA DE ESTADO
PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE



www.cidadaniaemp Portugal.pt


animar

 **REPÚBLICA
PORTUGUESA**

SECRETÁRIA DE ESTADO
PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE

SESSÃO DE ABERTURA

Rosa Monteiro – Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade

Sílvia Pereira – Direção da ANIMAR

Paulo Mendes Pinto – Assessor de Administração da ULHT



www.cidadaniaemp Portugal.pt


animar



REPÚBLICA
PORTUGUESA

SECRETÁRIA DE ESTADO
PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE

1º PAINEL “APRESENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO”

Moderação: João Melo – Fundação Maria Rosa – ComParte&Educação

Regina Vieira (ESE/IPCB) – Combate às Desigualdades

Graça Rojão (COOLABORA) – Igualdade de Género

Isabel Rebelo (SEIES) – Agir para a Cidadania

João Gil Pedreira (CELTUS) – Trabalho Digno e Crescimento Económico

Jorge Oliveira (ESPAÇO t) – Saúde e Qualidade de Vida



www.cidadaniaempportugal.pt


animar



REPÚBLICA
PORTUGUESA

SECRETÁRIA DE ESTADO
PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE

Iº PAINEL “APRESENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO”

COMBATE ÀS DESIGUALDADES

Regina Vieira (ESE/IPCB)



Desigualdades	Propostas
Idosos/Estruturas Residenciais-Lares	
- Desigualdade de género em lares residenciais em estrutura de dormitórios distintos (quartos masculinos e femininos)	Criação de quartos mistos possibilitando aos casais uma partilha de espaços privativos, semelhante aos quotidiano das suas habitações, visando a manutenção das vivências do casal. Aprofundamento e debate em torno da situação.
Abandono Idos@s em estruturas residenciais	Criação de um Estatuto d@ Idos@. Intervenção do Sistema judiciário para condenação dos parentes por falta de assistência moral, afetiva – criminalização do abandono; Perda do direito total ou parcial à herança em caso de abandono (Emissão de parecer pela instituição de acolhimento residencial)
Privilégio da entrada de Pessoas Idosas em Lares que apresentam protocolo com a Seg. Social, de acordo com a sua situação económica	Criação pela Segurança Social de um sistema centralizado de Gestão de vagas, para melhorar transparência do processo;
Ausência de Políticas Activas que privilegiem a participação de Pessoas Idosas na Comunidade	Definição de políticas de promoção da Vida activa





Desigualdades	Propostas
Desigualdade de Género	
Trabalhadores do Sexo Masculino com dificuldade de acesso a trabalho de cuidado direto a Pessoas idosas	Trabalho para mudança de mentalidades na Sociedade portuguesa sobre a visão do cuidar nas instituições para Pessoas Idosas, como função exclusiva de mulheres. Trabalho com homens, mulheres e idos@s institucionalizados
Desigualdade de género no aluguer de alojamento para estudantes sexo masculino	Fiscalização do cumprimento da Lei da Publicidade (artigo 7º alínea d) e consciencialização dos arrendadores e arrendatários e anunciantes (jornais, entidades associativas, etc)
Desigualdade género na indústria de lanifícios – dificuldade de acesso de mulheres a profissões melhor remuneradas	Sensibilização dos diversos actores (empresários, mulheres trabalhadoras, sindicatos) e da própria comunidade, para situação injusta e a ser desocultada e alterada; Monotorização dos processos de admissão e progressão carreiras nas fabricas





Desigualdades	Propostas
Licença Parental	
<p>Desigualdade parental na licença por maternidade e por paternidade (Lei n.º 59/2008, Artigos 26º e 27º do Regime e Artigo 42º e 43º do Regulamento)</p>	<p>Sendo que a constituição de uma família é um plano do pai e da mãe, na nossa ótica estes deveriam ter os mesmos direitos e o mesmo tempo em relação à licença de maternidade e paternidade.</p> <p>Dever-se-ia ter em conta uma retificação da lei do Trabalho pois mesmo o bebé recém-nascido precisa de cuidados a tempo inteiro, logo o pai e a mãe deveriam poder estar presentes nos primeiros meses de vida do bebé.</p>



www.cidadaniaemp Portugal.pt





Desigualdades	Propostas
Violência doméstica	
Retirada da vítima de violência doméstica do seu domicílio (quando partilhado com o do agressor)	Implementação do Projecto: “Violência no Amor? Então não é Amor...” – proposta de projecto a implementar a nível nacional, a desenvolver nas Escolas – publico alvo alunos 3º ciclo e secundário (em implementação escola Centro desde 14 fevereiro de 2017)





Desigualdades	Propostas
Saúde	
<p>Longas listas de espera para tratamentos ou operações e o custo elevado de acesso a um hospital</p> <p>Não existência de Centros de Referência (Saúde, 2017) para a prestação de cuidados de saúde, no interior do País, resultando na deslocação dos utentes em centenas de kms para unidades situadas no litoral do país desenraizando os utentes dos seus locais de pertença e isolando-os privado.</p>	<p>Tornar possível a entrada de indivíduos com baixos rendimentos em hospitais privados para um igual acesso à saúde e principalmente no tratamento de doenças.</p> <p>Reforçar a resposta de saúde por parte do Estado, na faixa interior do país</p>
<p>Nas Unidades de Saúde, a área com maior relevância na tomada de decisões é ainda, na maioria das vezes, a área da medicina – desequilíbrios entre alta clínica e alta social</p>	<p>Enfatizar a diferença entre alta clínica e alta social - distinção das altas, e ao mesmo tempo dar a devida importância a cada uma, uma vez que o principal objetivo é a máxima recuperação possível do doente a assegurar por uma equipa multidisciplinar - forma de prevenir um novo internamento.</p> <p>Regulamentar a importância da estabilidade social dos cidadãos/ãs (no contexto dos determinantes para a Saúde);</p>





Desigualdades	Propostas
Saúde	
<p>Pluralidade de conceitos e abordagens para diferentes tipos de patologias, em função da sua classificação, origem e tratamento.</p> <p>Enquadramento fiscal na deficiência e consequente tabela de incapacidades - Desadequado/desajustado à realidade das patologias classificadas e às contingências a que são forçados os/as cuidadores/as no acompanhamento dos mesmos, nomeadamente menores de idade.</p>	<p>Aproximar os conceitos utilizados na área da saúde, na área social e também na área fiscal para que se estabelecesse um padrão correto na abordagem ao conceito de deficiência vs doença crónica/doença incapacitante/doença congénita/doença rara/doença mental.</p> <p>Regime de apoio fiscal fosse devidamente alargado aos pais e mães ou outros/as cuidadores/as, quando se trata de doentes menores de idade.</p>





Desigualdades	Propostas
CRIANÇAS	
Limites dos Direitos das Crianças – Falta de clareza nas responsabilidades das Entidades de Primeira Linha na intervenção precoce	Maior discussão para clarificação e eventual especificidade Legislativa no que se refere à responsabilidade das Entidades de primeira Linha na Sinalização de situações de perigo, em colaboração com as EMAT's e CPCJ's



www.cidadaniaemportugal.pt





Desigualdades	Propostas
Formação	
<p>Os/as detentores/as de nível 4 de qualificação (ensino secundário obtido por percurso de dupla certificação) ou nível 6 (licenciatura) não têm direito à bolsa de formação, caso desejem ingressar numa ação do mesmo nível ou de nível inferior no IEFP (serviço de Formação).</p> <p>Circular Normativa n.º 12/2011 de 27 de Julho. (Formação e Certificação Profissional Formandos; Regime de Apoios a Formandos).</p>	<p>Revogação da alteração sofrida na alínea c), n.º1, do Art. 13º da Portaria n.º 60-A/2015 de 2 de Março considerando os princípios da igualdade, equidade e justiça social</p> <p>E a</p> <p>Constituição da República Portuguesa: alínea c), n.º2, do Art. 57 : é incumbência do Estado promover a formação técnica e valorização profissional, e (Art. 73, n.º2) cabe ao Estado “promover a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades</p>




www.cidadaniaemporugal.pt



SECRETARIA DE ESTADO
PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE



Desigualdades	Propostas
Autarquias	
<p>REGIME JURÍDICO DO RECENSEAMENTO ELEITORAL Lei n.º 13/99, de 22 de março</p> <p>Local de inscrição no recenseamento</p> <p>1 - A circunscrição eleitoral de eleitores/as detentores/as de cartão de cidadão é a correspondente à morada a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro.</p>	<p>ALTERAÇÃO AO REGIME DO RECENSEAMENTO eleitoral – viabilizar o pleno gozo do direito das populações aos programas e às atividades dos órgãos da Administração Local que mais aproximam os/as eleitos/as dos eleitores/as, inclusive no respeitante aos/as cidadãos/ãs que, ausentes das suas comunidades de origem, têm por referência afetiva as respetivas terras de nascença ou pertença.</p> <p style="text-align: center;"></p> <p>DIREITO A VOTAR NA FREGUESIA QUE PRETENDE</p>





O GT “Combater das Desigualdades

CONCLUSÃO

Relevância da dinâmica criada, permitindo uma maior proximidade dos agentes sociais e um reforço do trabalho em rede com todas as mais valias associadas.

Importância do envolvimento dos/as alunos/as do ensino superior em temáticas associadas à cidadania e igualdade, nomeadamente aqueles, que irão profissionalmente atuar junto de públicos em maior situação de fragilidade social, como os assistentes sociais.

GT Combate às desigualdades sugere ainda os seguintes compromissos para o futuro:

- CRIAÇÃO DE UM OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES DO INTERIOR – observatório territorial das desigualdades que promova e monitorize as políticas e respetivas decisões a nível local e nacional e que promovam equidade social - CRIAÇÃO DE UM GT CONTINUO DE ACOMPANHAMENTO com envolvimento da sociedade civil, entidades públicas e ensino superior, nomeadamente pelos institutos politécnicos.

Esperança num novo modelo de desenvolvimento, baseado na coesão territorial, e que promova a plenitude da cidadania, independentemente do espaço territorial onde cada um de nós vive.





www.cidadaniaemp Portugal.pt

animar



REPÚBLICA
PORTUGUESA

SECRETÁRIA DE ESTADO
PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE

P'lo Grupo de Trabalho
Combate às Desigualdades

Muito obrigada

Sucessos

e

Boas Festas!





www.cidadaniaempportugal.pt


animar



REPÚBLICA
PORTUGUESA

SECRETÁRIA DE ESTADO
PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE

Iº PAINEL “APRESENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO”

IGUALDADE DE GÉNERO

Graça Rojão (COOLABORA)

Grupo de Trabalho: Igualdade de Género

Entidades: 28

AJ Deão | Akto | AMCV | ANIMAR | APEM | APMJ | Ass Mulheres Sem Fronteiras | Ass Plano I | Ass. Fernão Mendes Pinto | Ass. Mulheres Cabo-verdeanas | CAOJ – Coimbra | Casa da Esquina | CES U.Coimbra | CIG | Coimbra Mais Futuro | CooLabora | FPCCS | GRAAL | Grupo Aprender em Festa | Mén Non | PpDM | Questão de Igualdade | Rede de Jovens Para a Igualdade | Rede Ex Aequo | SEIES | Trampolim E6G | UBIGUAL | Univ. da Beira Interior

Funcionamento: Presencial e à distância

Encontros presenciais (Coimbra, Setúbal, Covilhã)

Trabalho à distância (grupo google) com 55 membros

Entidade Coordenadora: CooLabora





animar



REPÚBLICA
PORTUGUESA

SECRETARIA DE ESTADO
PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE

Grupo de Trabalho Igualdade de Género

50 propostas

Eixos

- I Educação e Formação
- II Trabalho e Emprego
- III Média
- IV Violência Doméstica e de Género
- V Políticas Públicas Transversais
- VI Políticas Territorializadas
- VII Apoio às Organizações da Sociedade Civil

Fragilidades transversais

- Falta de visibilidade da igualdade de género;
- Legislação e regulamentação não transpostas para as práticas;
- Fraco conhecimento dos referenciais de Direitos Humanos a que Portugal está vinculado.



animar



REPÚBLICA
PORTUGUESA

SECRETÁRIA DE ESTADO
PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE

Grupo de Trabalho Igualdade de Género

I Educação e Formação

Questões-chave

- Promoção das competências em IG das/os profissionais de educação;
- Monitorização dos manuais escolares prévia à respetiva publicação;
- Inclusão de programas de IG em todos os níveis de ensino;
- Instituição de planos para a IG em todas as escolas públicas;
- Promoção regular de campanhas nos meios de comunicação sobre IG.



Grupo de Trabalho Igualdade de Género

II Trabalho e Emprego

Questões-chave:

- Medidas de controlo para uma efetiva igualdade no trabalho e no emprego;
- Estímulo ao mecanismos promotores da conciliação familiar, profissional e social;
- Referenciais de avaliação da qualidade com indicadores relativos à IG;
- Inclusão da formação em IG nos planos formativos das empresas.





animar



Grupo de Trabalho Igualdade de Género

III Média

Questões-chave:

- Campanhas sobre Igualdade de Género na Comunicação Social;
- Cumprimento da legislação em matéria de IG e não-discriminação;
- Inclusão da perspetiva de género na formação de profissionais.

Grupo de Trabalho Igualdade de Género



animar



REPÚBLICA
PORTUGUESA

SECRETÁRIA DE ESTADO
PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE

IV Violência doméstica e de género

Questões-chave:

- Mudança de paradigma: maior penalização do/a agressor/a;
- Formação de profissionais estratégicos (justiça, forças de segurança, saúde, etc.);
- Introdução de abordagens feministas na intervenção com vítimas e agressores/as;
- Medidas de prevenção da descredibilização e culpabilização das vítimas
- Alteração do quadro penal (fim da pena suspensa em casos de VD);
- Equiparação do crime de violência doméstica a crime de ódio;
- Reforço da cobertura nacional com núcleos de apoio a vítimas;
- Extinção da separação do crime de VD/ da regulação das responsabilidades parentais.



animar



Grupo de Trabalho Igualdade de Género

V Políticas Públicas Transversais

Questões-chave:

- Integração transversal dos Direitos Humanos relativos à IG em todas as áreas;
- Reforço das medidas para a IG na educação, formação e cultura;
- Avaliação das políticas públicas nacionais prévia à implementação de novas políticas;
- Envolvimento de homens e rapazes nas questões da igualdade de género;
- Desenvolvimento de práticas efetivas de “gender budgeting”;
- Criação de uma plataforma online para partilha de recursos concebidos pelos projeto.



Grupo de Trabalho Igualdade de Género

VI Políticas Territorializadas

Questões-chave:

- Obrigatoriedade de criação, implementação e avaliação de planos para a igualdade territorializados, nomeadamente ao nível municipal (internos e externos) e organismos desconcentrados da administração central;
- Inclusão da perspetiva de género na administração local, em todas as suas áreas, com especial acuidade ao nível da intervenção social, planeamento urbano e mobilidade;
- Avaliação e revisão da lei da paridade (substituições por alguém do mesmo sexo e exclusão das listas que não cumpram o limiar de paridade).



animar



PARAR

PENSAR

AGIR

CIDADANIA
EM PORTUGAL



www.cidadaniaemportugal.pt

animar



REPÚBLICA
PORTUGUESA

SECRETÁRIA DE ESTADO
PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE

Grupo de Trabalho Igualdade de Género

VII Apoio a Organizações da Sociedade Civil

Questões-chave:

- Reconhecimento formal das ONG promotoras da IG;
- Implementação de medidas facilitadoras do seu funcionamento;
- Criação de medidas que garantam a estabilidade das respostas especializadas;
- Cumprimento por parte do Estado da legislação em vigor, nomeadamente no que diz respeito à operacionalização do financiamento comunitário.

animar



Mén Non



API

AMCV Associação de Mulheres Contra a Violência



CASA DA ESQUINA

ces Centro de Estudos Sociais Laboratório Associado



Questão de Igualdade Associação para a Inovação Social



Coimbra mais futuro

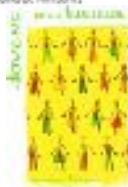
COOLABORA

Graal 60 anos



Grupos Académicos de FISM

PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES



rede ex aequo

seies

ubiquat

UNIVERSIDADE BEIRA INTERIOR





www.cidadaniaempportugal.pt


animar



REPÚBLICA
PORTUGUESA

SECRETÁRIA DE ESTADO
PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE

Iº PAINEL “APRESENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO”

AGIR PARA A CIDADANIA

Isabel Rebelo (SEIES)

PARAR

PENSAR

AGIR

CIDADANIA
EM PORTUGAL



www.cidadaniaemportugal.pt

animar



REPÚBLICA
PORTUGUESA

SECRETÁRIA DE ESTADO
PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE

Grupo de Trabalho: Agir Em Cidadania

Entidades: 21

Agrupamento de Escolas Lima de Freitas | Associação Portuguesa para a Cultura e Educação Permanente | ANIMAR | CASES | Centro Distrital de Segurança Social de Setúbal | Coordenador da Bolsa de Formadores do Conselho Nacional de Juventude – Portugal | Escola Profissional de Setúbal | Escola Superior de Educação de Setúbal – IPS | FENACERCI | Fundação Calouste Gulbenkian | Fundação Maria Rosa – ComParte | Fundação Portuguesa “A Comunidade Contra a Sida” | GlocalDecide | Instituto das Comunidades Educativas | IEFP – CEFP de Setúbal | Instituto Marquês Valle Flor | Plataforma das ONGD | Menos 60 Mais | Mentis Empreendedoras | Plano I | SEIES

Funcionamento: Presencial e à distância

4 encontros presenciais (Setúbal)

5 dinâmicas presenciais de consulta a jovens

Trabalho à distância

Entidade Coordenadora: SEIES

PARAR

PENSAR

AGIR

CIDADANIA
EM PORTUGAL



www.cidadaniaemportugal.pt

animar



REPÚBLICA
PORTUGUESA

SECRETÁRIA DE ESTADO
PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE

Grupo de Trabalho: Agir Em Cidadania

Objetivos que foram privilegiados

Identificar as principais pistas e interrogações sobre a cidadania de crianças e jovens e as condições para a sua emergência

Identificar propostas de mudança nas medidas de políticas públicas que respondam e reconheçam a diversidade dos territórios, de organizações e de comunidades em matéria de promoção da cidadania de crianças e jovens



animar



Grupo de Trabalho: Agir Em Cidadania

Construção de um quadro de referencia comum

Indicadores de existência de práticas de cidadania por parte de crianças e jovens

Emergência de reflexões :

Dificuldades em identificar **indicadores de cidadania jovem “em ação”**

Prevalência de indicadores relacionados com o **cumprimento de deveres de civilidade, de “bom cidadão/boa cidadã”**

Difícil emergência de indicadores de cidadania relacionados com a **“indignação perante o que está mal”, “espírito de inovação, da audácia, de risco”,** bem como **“a rebeldia e intervenção própria da adolescência”** e conseqüentemente também a **criatividade não emerge, limitando o imaginário da intervenção aos possíveis conhecidos.**



animar



Grupo de Trabalho: Agir Em Cidadania

Construção de um quadro de referencia comum

Não objetivos da educação Para a Cidadania

Definição de não objetivos, o que o grupo de trabalho considera **não ser Educação para a Cidadania** embora pareça ou assim se designe, em torno de 3 eixos:

Promoção de pensamento padronizado versus pensamento integrativo

Tipos de processos educativos

Em que espaços?





animar



Grupo de Trabalho: Agir Em Cidadania

Principais obstáculos ao exercício da cidadania por crianças e jovens

Analisados em torno de 5 eixos do modelo OMEDA: Oportunidades | Meios | Espaços | Direitos | Apoios

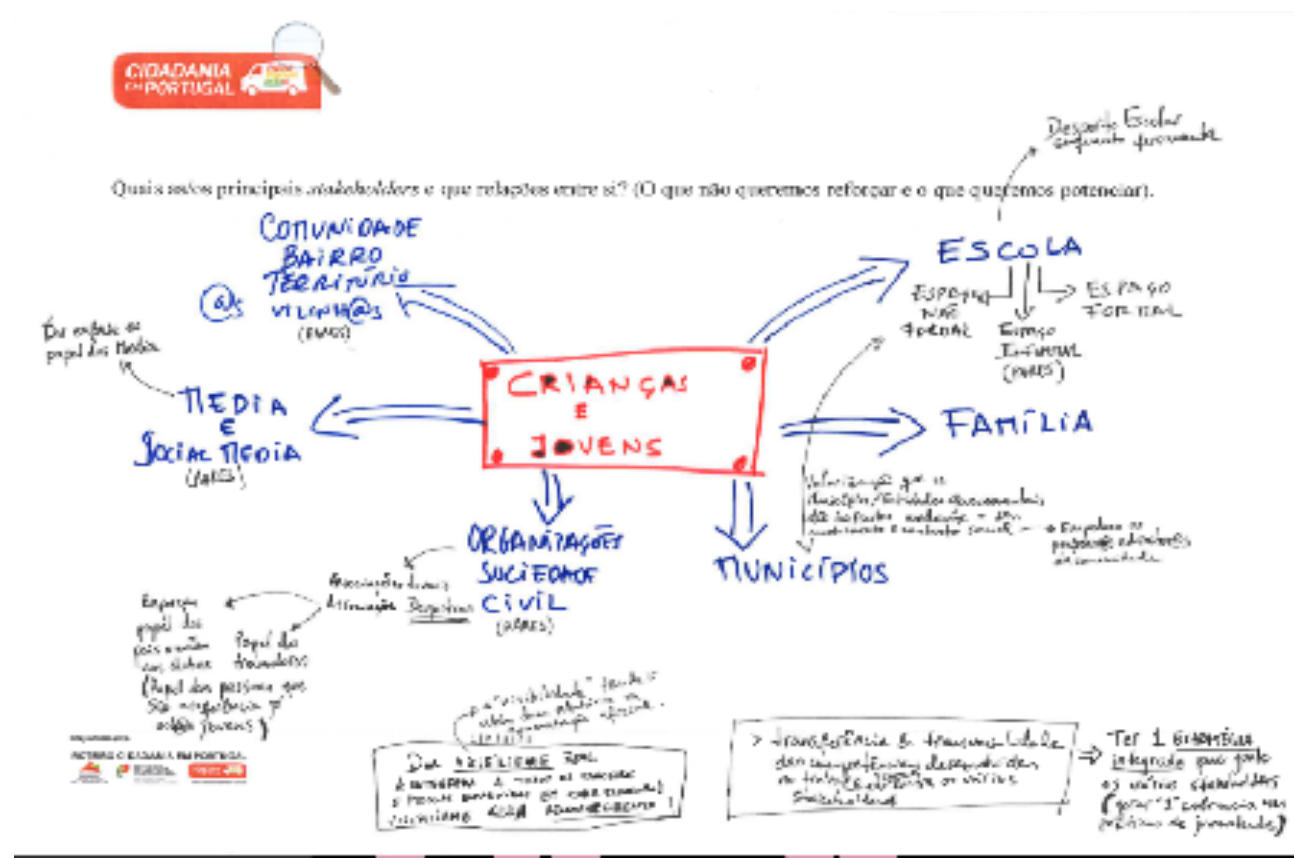
Consenso que o principal obstáculo ao desenvolvimento de estratégias de promoção da cidadania de crianças e jovens:

(1) crianças e jovens não serem considerados *stakeholders* sobre estratégias e processos de tomada de decisão

(2) Inexistência de prática de coordenação territorial alargada entre os vários atores relevantes na promoção da participação e exercício de cidadania



Grupo de Trabalho: Agir Em Cidadania



Resultado de um dos pequenos grupos do World Café. “Quais as/os principais stakeholders e que relações entre si? (O que não queremos reforçar e o que queremos potenciar?)



animar



REPÚBLICA
PORTUGUESA

SECRETARIA DE ESTADO
PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE

Grupo de Trabalho: Agir Em Cidadania

13 medidas propostas

1. Intervenção Territorial

- a) Construção de uma estratégia territorial de promoção do exercício da cidadania por crianças e jovens, envolvendo interlocutoras/es de forma abrangente
- b) Criação de oportunidades e espaços de vivência da cidadania por crianças e jovens
- c) Capacitação das/os diferentes interlocutoras/es
- d) Criação de plataforma eletrónica de acesso livre de suporte à partilha de informação sobre as práticas de promoção da participação e cidadania de crianças e jovens



animar



Grupo de Trabalho: Agir Em Cidadania

13 medidas propostas

2. Intervenção das e nas organizações da sociedade civil e escolas

- a) Reforçar a capacitação para o desenvolvimento de processos educativos não formais
- b) Promover ações de suporte em pequena escala (a iniciativas de pequenos grupos)
- c) Promover dentro das organizações e nos estabelecimentos de ensino o estímulo à expressão da diversidade
- d) Promover a reflexão/repensamento coletivo sobre os espaços , já existentes, de participação das/os estudantes



animar



Grupo de Trabalho: Agir Em Cidadania

13 medidas propostas

2. Intervenção das e nas organizações da sociedade civil e escolas

- e) Promover processos de auscultação, coerentes com os valores da cidadania democrática, sobre as necessidades de crianças e jovens
- f) Interdisciplinaridade na promoção da cidadania na educação formal
- g) Elaborar relatório anual de práticas na escola relacionadas com a Cidadania Ativa
- h) Na formação profissional de jovens trabalhar o desenvolvimento de competências que promovam a sua autonomia, pensamento crítico e capacidade de agir para a transformação social.



www.cidadaniaempportugal.pt


animar



REPÚBLICA
PORTUGUESA

SECRETÁRIA DE ESTADO
PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE

1º PAINEL “APRESENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DOS GRUPOS DE
TRABALHO”

TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÓMICO

João Gil Pedreira (CELTUS)



Grupo de Trabalho Trabalho Digno e Crescimento Económico



www.cidadaniaempportugal.pt


animar



REPÚBLICA
PORTUGUESA

SECRETÁRIA DE ESTADO
PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE

Entidades:

O GT contou com a colaboração de **15 entidades** distintas, das quais **12 foram redatoras do documento final** (assinaladas com asterisco), nomeadamente e por ordem alfabética: **Animar***; **APSHSTDC***; **Base FUT***; **Cáritas Portuguesa**; **CELTUS***; **Dianova***; **EAPN Lisboa***; **Empower to Live***; **Eslider***; **EUIESA***; **FC&T***; **Micre**; **Oikos***; **TESE***; **UGT Comissão de Mulheres**; **UGT Comissão da Juventude**.

Modo Funcionamento/Organização:

O GT realizou **sete reuniões de trabalho** entre **22 de Abril de 2017** e **28 de Julho de 2017**, com uma **participação média de 10 pessoas**, e utilizou uma **plataforma Google** para **partilha de documentos** e **construção do relatório final**.

Entidade Animadora do Grupo de Trabalho:

Associação **CELTUS** – Sustentabilidade e Fraternidade nas Relações Económicas.



Grupo de Trabalho Trabalho Digno e Crescimento Económico

Estrutura do Trabalho Desenvolvido:

1

Enquadramento e Abordagem humanista e antropocêntrica

2

Proposta do GT Trabalho Digno e Crescimento Económico

2.1

Conceitos e
Desmistificações

2.2

Tendências
Económicas e Sociais

2.3

Indicadores de
Acompanhamento





2.1

Conceitos e Desmistificações

Propostas para trabalho futuro

Promoção de um **Programa Nacional de Educação e de Literacia sobre a temática do Trabalho Digno**, composto por **iniciativas de educação, formação e capacitação** que pretendam **aumentar os níveis de responsabilidade e de comprometimento das Entidades de Governo e de Regulação, Empresas, Entidades da Economia Social, Trabalhadores/as, Sindicatos e Famílias com a temática do Trabalho Digno** (ex. sessões de formação; workshops; ...).

E abrangendo as seguintes áreas temáticas:

- i. Remuneração digna;
- ii. Horários de trabalho adequados à conciliação entre a vida profissional e pessoal e familiar;
- iii. Políticas de igualdade de género e de acesso no mundo do Trabalho Digno;
- iv. Políticas de combate à e de erradicação da desigualdade e exclusão social, via promoção do Trabalho Digno;
- v. Impacto no crescimento económico local, decorrentes da promoção do Trabalho Digno;
- vi. Políticas de combate à precariedade;
- vii. Políticas de fiscalização e de denúncia de situações de ilegalidade;
- viii. Etc.





2.2

Tendências Económicas e Sociais

Propostas para trabalho futuro

1. Direitos dos trabalhadores/as:

- Enfatizar o reconhecimento, no Direito do Trabalho, da assimetria de poder na relação entre empregador/a e trabalhador/a;
- Garantir a proteção social em situações de trabalho flexível, nomeadamente com a regulação salarial, a promoção da higiene e segurança no trabalho, etc.;
- Alargar as políticas de parentalidade a pais e mães, garantindo o equilíbrio entre a vida familiar e profissional e contribuindo para um aumento da igualdade de género;
- Alargar a provisão pública e gratuita (ou tendencialmente gratuita) de serviços essenciais;
- Promover a formação em contexto de trabalho e o planeamento de carreiras.

2. Direitos das organizações de trabalhadores/as:

- Estimular o dinamismo das organizações de trabalhadores/as;
- Não discriminação de representantes dos/as trabalhadores/as no local de trabalho
- Aumentar a abrangência dos mecanismos de contratação e de negociação coletiva;
- Negociação coletiva setorial
- Estimular a crescente participação dos trabalhadores/as na organização e nas decisões tomadas nas empresas, nos serviços públicos e nas entidades da economia social.

3. Outras áreas legislativas / fiscais de suporte ao Trabalho Digno:

- Desenvolver uma política nacional para a microfinança e para as finanças éticas e solidárias;
- Promover uma política fiscal que conduza a maior equidade, inclusão e dignificação do trabalho

CIDADANIA
EM PORTUGAL



www.cidadaniaemp Portugal.pt

animar



REPÚBLICA
PORTUGUESA

SECRETÁRIA DE ESTADO
PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE



2.3

Indicadores de Acompanhamento

Propostas para trabalho futuro

Construção de uma seleção de **indicadores** para evidenciar a problemática do Trabalho Digno:

- a) **Taxa de Desemprego Real (TDR)**, conforme os critérios quantitativos e diretos de caracterização do Trabalho Digno pela OIT e tomando por base um rendimento adequado;
- b) **Índice de Remuneração do Trabalho (IRT)**, tendo em atenção a proporção do Rendimento Nacional (RN) constituído por salários;
- c) **Índice de Remuneração do Trabalho Ponderado (IRTP)**, tendo em atenção a proporção dos salários no RN, ponderada pelo Coeficiente de Gini (medida de desigualdade);
- d) **Índice de Trabalho Digno (ITD)** a desenvolver pelo **Observatório Nacional do Trabalho Digno (ONTD)**, com os principais indicadores do Trabalho Digno e que permitisse realizar comparações internacionais reconhecidas pelos intervenientes nas instâncias internacionais;
- e) **Índice de Gini e outros indicadores de desigualdades salariais** (e.g. diferenciais absolutos entre 1.º decil e mediana, média ou 10.º decil; Lorenz dos rendimentos pagos numa determinada região; outros);
- f) **Outros indicadores quantitativos**, além do rendimento e da desigualdade de rendimento (ex. horários de trabalho; tipologia de remuneração ou benefício; proporção existente entre trabalho sem e com termo; outros);
- g) **Indicadores qualitativos** das condições de trabalho (ex. segurança no trabalho e proteção à família; perspetivas de desenvolvimento humano e integração social; outros).

CIDADANIA
EM PORTUGAL



www.cidadaniaemp Portugal.pt


animar



REPÚBLICA
PORTUGUESA

SECRETÁRIA DE ESTADO
PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE



www.cidadaniaempportugal.pt


animar



REPÚBLICA
PORTUGUESA

SECRETÁRIA DE ESTADO
PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE

Iº PAINEL “APRESENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DOS GRUPOS DE
TRABALHO”

SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

Jorge Oliveira (ESPAÇO t)